

HABEAS CORPUS Nº 548.048 - SC (2019/0354038-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : EDERSON LUIZ LEAL
ADVOGADO : EDERSON LUIZ LEAL - SC022578
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LUIZ FERNANDO TELLES FELISBERTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ FERNANDO TELLES FELISBERTO, no qual aponta como autoridade coatora a 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no julgamento da Apelação n. 0006237-20.2018.8.24.0020.

Noticiam os autos que o TJSC deu parcial provimento à apelação, para, mantida a condenação, “redimensionar a reprimenda corporal imposta ao acusado para 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em razão da incidência da atenuante da confissão espontânea. De ofício, exaurida a possibilidade de interposição de recurso nesta Corte, determinar ao Juízo de origem a adoção das providências necessárias para o imediato cumprimento da pena imposta” (e-STJ fl. 483).

Segundo a impetração (e-STJ fls. 3-12), o paciente sofreria constrangimento ilegal, em resumo, porque, apesar do novel entendimento do Supremo Tribunal Federal não admitindo o início da execução provisória da pena, antes do trânsito em julgado da condenação, o TJSC negou o direito de recorrer em liberdade.

Requer a concessão de liminar para que seja posto em liberdade. No mérito, a concessão da ordem, para somente iniciar o cumprimento da pena, após o trânsito em julgado da condenação.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

A despeito de o acórdão da apelação ter feito referência ao antigo entendimento do STF a respeito da possibilidade de execução provisória da pena, após o exaurimento da segunda instância, como a própria impetração informou (e-STJ fl. 5), o paciente permaneceu preso durante toda a instrução criminal. Desse modo a negativa de recorrer em liberdade alinha-se ao entendimento deste Superior Tribunal de Justiça (HC n. 489.707/GO, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 22/11/2019; RHC 119.052/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 26/11/2019).

Por conseguinte, não exsurtem os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição

Superior Tribunal de Justiça

sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator